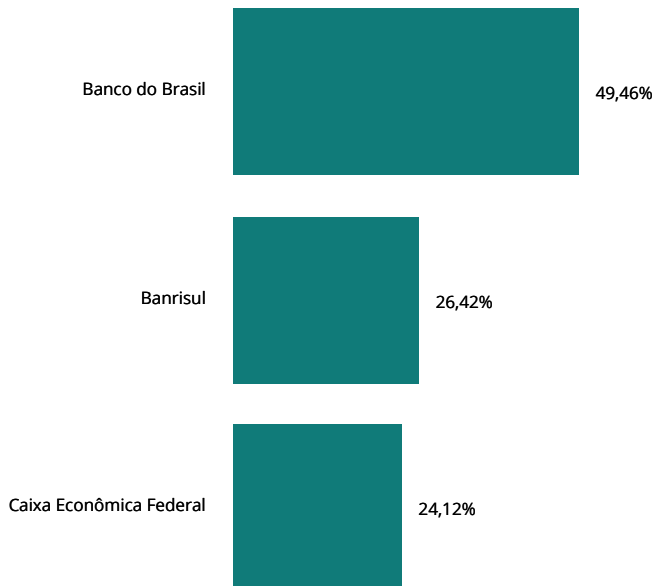


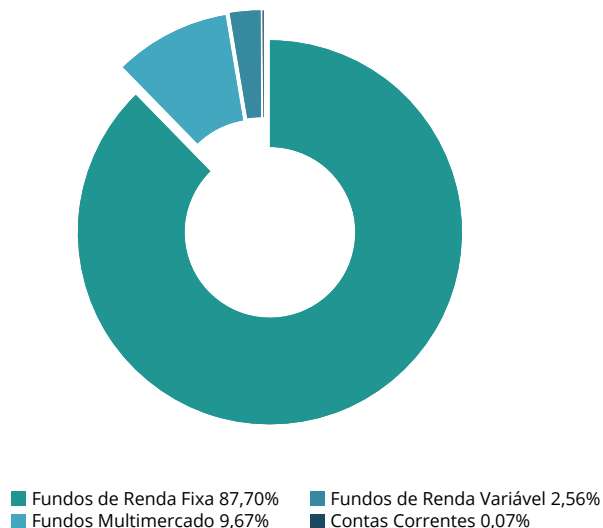
**FPSM - PASSO DO SOBRADO**

Os recursos do FPSM - Passo do Sobrado são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

**DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**



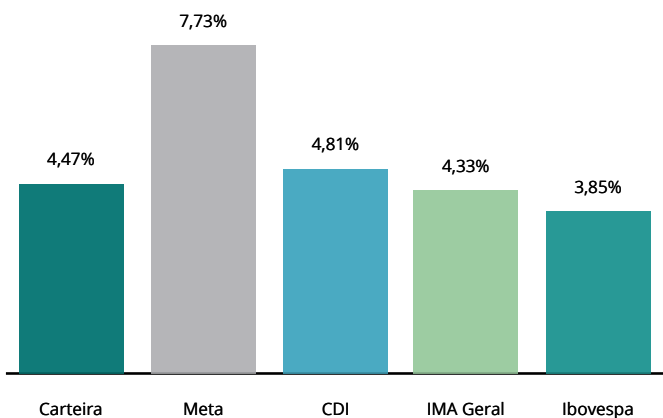
**DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO**



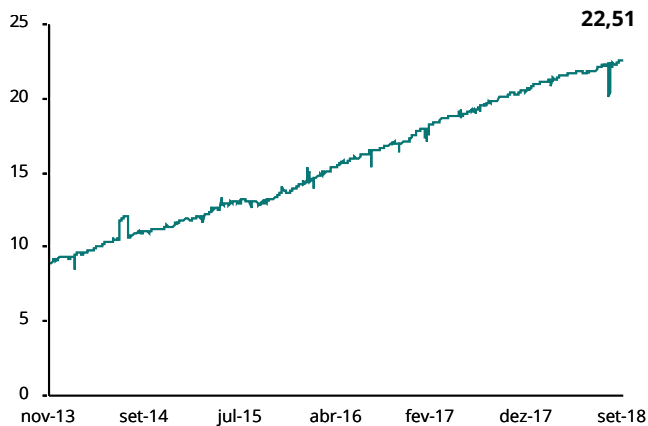
**HISTÓRICO DE RENTABILIDADE**

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
<b>FPSM - Passo do Sobrado</b>	0,65%	4,47%	6,15%
<b>META ATUARIAL INPC + 6 %</b>	0,79%	7,73%	10,19%
<b>CDI</b>	0,47%	4,81%	6,66%
<b>IMA GERAL</b>	0,64%	4,33%	5,39%
<b>IBOVESPA</b>	3,48%	3,85%	6,80%

**CARTEIRA X INDICADORES EM 2018**



**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)**



## FPSM - PASSO DO SOBRADO

O mês de setembro começou com o plenário do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidindo indeferir o pedido de registro de candidatura do ex-presidente Lula (PT) à presidência da República. No dia 03/09 ficou estabelecido um prazo de 10 dias para a substituição do nome da candidatura petista. Assim, no dia 11/09 foi oficializada a substituição de Lula por Fernando Haddad na disputa presidencial, e Manuela D'Ávila (PCdoB) foi confirmada como vice na chapa.

Ainda no campo político, o candidato à presidência, Jair Bolsonaro, foi vítima de um atentado no dia 06/09. Enquanto fazia campanha em Juiz de Fora (MG), ele foi esfaqueado e teve ferimentos no abdômen. O acontecimento fez com que Bolsonaro ficasse fora de debates e cancelasse toda a sua agenda de campanha eleitoral, pelo menos até o final do primeiro turno. Por fim, o ex-governador do Paraná e candidato ao Senado pelo PSDB, Beto Richa, foi preso no dia 11/09, sendo alvo de duas operações na nova fase da Lava Jato. O fato serviu para desidratar ainda mais a candidatura à presidência do Tucano Geraldo Alckmin.

Com relação aos índices de atividade econômica divulgados em setembro, eles mostraram fraqueza na retomada do crescimento econômico. Para o mês de julho, a produção industrial, por exemplo, mostrou variação negativa de 0,2% quando comparada com o mês imediatamente anterior. Apesar de negativo, o índice veio acima do esperado pelo mercado que previa uma contração de 1,7%. Já em comparação com julho de 2017, a expansão foi de 4%. No acumulado do ano, o crescimento foi de 2,5% enquanto que em 12 meses a expansão do setor foi de 3,2%. Por fim, dos ramos pesquisados, 10 dos 26 mostraram taxas negativas, com destaque para veículos automotores, reboques e carrocerias (-4,5%) e produtos alimentícios (-1,7%). Esses valores voltaram a apresentar queda na produção após alcançarem crescimento no mês anterior. Do lado positivo, os desempenhos de maior relevância foram os setores de outros equipamentos de transporte (16,7%) e outros produtos químicos (4,3%).

Já em relação ao comércio nacional, no mês de julho o comércio varejista apresentou queda de 0,5% em comparação com o mês imediatamente anterior. O resultado veio abaixo da expectativa de mercado, que esperava crescimento de 0,3%. Com isso, o trimestre encerrado em julho (-0,8%) intensifica o ritmo de queda, em relação ao trimestre encerrado em junho (-0,2%). Já no comércio varejista ampliado, que inclui, além do varejo, as atividades de veículos, motos partes e peças e de material de construção, o volume de vendas mostrou variação de -0,4%.

O setor de serviços, por sua vez, sofreu retração de 2,2% frente ao mês de junho (4,8%). Em comparação com julho de 2017, a variação foi negativa em 0,3%. No acumulado do ano, o setor apresenta retração de 0,8% e em 12 meses essa queda é de 1,0%. A retração observada aconteceu em quatro das cinco atividades investigadas. Os serviços prestados às famílias foi o único destaque positivo, com aumento de 3,1% em comparação com o mês anterior. Já nos destaques negativos podem-se citar serviços de transportes (-4,0%) e outros serviços (-3,2%).

Por fim, o índice de atividade econômica do Banco Central, IBC-Br, variou 0,57% em relação ao mês anterior. Em comparação com o julho do ano passado, o aumento foi de 2,56%. O acumulado do ano ficou em 1,19% e o acumulado em 12 meses em 1,46%.

Já com relação aos preços, o IGP-M, calculado pela FGV, teve alta de 1,52%, seguindo elevação de 0,70% em agosto. O índice ficou acima do esperado pelo mercado, que esperava uma alta de 1,33%. Já o IPCA, mostrou aceleração em relação ao mês anterior. O índice variou 0,48% frente a queda de 0,09% em agosto. O resultado esperado pelo mercado era de 0,41%. Com isso, o índice oficial de inflação fechou o acumulado do ano em 3,34% enquanto que em 12 meses apresentou variação de 4,53%.

Ainda sobre preços, o Copom (Comitê de Política Monetária) manteve a taxa Selic em 6,5%, conforme o esperado. No comunicado, foi avaliado que a atividade segue em recuperação gradual enquanto a inflação corrente se encontra em níveis apropriados, juntamente com expectativas inflacionárias ancoradas. O Banco Central destacou, também, que com exceção de alguns preços administrados, o nível de repasse cambial se mostra contido, principalmente devido ao grande nível de ociosidade da economia. Já no exterior, foi mantida a visão de que o cenário ainda é desafiador, tendo como riscos a guerra comercial e a normalização das taxas de juros nas economias desenvolvidas. Apesar disso, foi destaque a capacidade que a economia brasileira apresenta de absorver revés no cenário internacional, devido à situação robusta de seu balanço de pagamentos. Diante dessa perspectiva, o Banco Central ressaltou que o cenário atual exige uma taxa de juros estimulativa. Entretanto, avaliou que o estímulo pode começar a ser retirado gradualmente caso o cenário prospectivo para inflação e/ou o balanço de riscos do país apresente piora.

No mercado financeiro, o mês foi novamente de instabilidade. Logo após o atentado de Jair Bolsonaro, por exemplo, o índice Ibovespa fechou em alta de 1,76%. Dois dias depois a queda havia sido de 2,33%. A crise econômica na Argentina e novos desfechos da guerra comercial travada pela China e pelos Estados Unidos, também trouxeram volatilidade ao mercado. O dólar fechou o mês com queda de 0,84% cotado a R\$ 4,0378 enquanto a bolsa fechou com alta de 3,5%.

## FPSM - PASSO DO SOBRADO

No cenário Internacional, o mês foi marcado por novas tensões acerca da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China. No dia 18/09 o governo dos EUA confirmou a imposição de mais tarifas de importação sobre cerca de US\$ 200 bilhões em produtos chineses. As tarifas começaram em 10% e passaram a valer a partir do dia 24 de setembro. Até o fim do ano, é esperado que as tarifas atinjam 25%. Como resposta, a China anunciou novas tarifas sobre US\$ 60 bilhões em produtos americanos e reiterou a queixa realizada na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre as taxas americanas. Por outro lado, no mês de setembro os Estados Unidos e o Canadá anunciaram a retomada das negociações sobre o Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), trazendo um pouco de tranquilidade para os investidores.

Ainda sobre os Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed, Banco Central Americano) elevou a taxa de juros em 0,25 ponto percentual, para a faixa de 2% a 2,25%, em linha com as expectativas de mercado. Foi o terceiro aumento neste ano, e o oitavo desde que o Fed começou a elevar os juros no final de 2015. Os integrantes do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) sinalizaram que pretendem continuar com a elevação dos juros. Assim, o mercado trabalha com expectativas de mais uma alta ainda neste ano, três altas em 2019 e mais uma alta em 2020. Já em 2021 está prevista a manutenção dos juros no patamar de 3,38%.

Na região europeia, Banco Central Europeu (BCE) manteve a política monetária inalterada, de acordo com o esperado. O BCE também informou que o conselho continuará sob o programa de compras de ativos no ritmo atual de 30 bilhões de euros por mês até o final deste mês. Depois de setembro, o conselho vai reduzir o ritmo mensal de compras de ativos para 15 bilhões de euros até o fim de dezembro e prevê que, a depender dos dados, as compras vão terminar. Ainda na Europa, o Banco Central britânico também manteve a taxa de juros inalterada e demonstrou preocupação com maior incerteza nos mercados financeiros do Brexit. Por fim, o orçamento fiscal italiano para 2019 frustrou as expectativas do mercado. O governo anunciou um déficit de 2,4% do PIB, enquanto que a expectativa de mercado era de um déficit de no máximo 2% do PIB, o que possibilitaria, ao menos, a estabilização da dívida.

Por fim, o destaque dos países emergentes ficou por conta da Argentina. O mês começou com o presidente do país, Mauricio Macri, anunciando uma série de medidas econômicas. Foi anunciada a redução no número de ministérios e aplicação de impostos aos exportadores para buscar um equilíbrio fiscal e conter a crise cambial e econômica do país. No pacote econômico anunciado também estavam inclusos a redução nos subsídios das tarifas de transportes e energia, o congelamento das vagas no setor público e o corte de investimentos em infraestrutura. Estavam previstos, por outro lado, aumento de gastos em programas sociais para compensar os efeitos da recessão. As medidas foram anunciadas após o governo rever o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) cujas negociações se seguiram por todo o mês. Em junho, a Argentina havia acordado com o FMI um empréstimo de US\$ 50 bilhões, dos quais US\$ 15 bilhões seriam recebidos imediatamente e o resto seria liberado ao longo de três anos. O presidente Macri solicitou, entretanto, a antecipação dos recursos. As negociações com o FMI resultaram em uma greve geral de 24 horas que paralisou os principais setores da Argentina. Os sindicatos também protestaram contra a inflação e contra a perda salarial. Ainda, em meio à greve geral, o presidente do Banco Central, Luis Caputo, renunciou ao cargo, citando razões pessoais. Finalmente, no dia 27/09 o FMI e o governo da Argentina chegaram a um acordo que elevou o programa de ajuda do país em US\$ 7,1 bilhões e que antecipa os desembolsos do fundo. Nesse cenário, o novo presidente do BC da Argentina, Guido Sandleris, anunciou que a autoridade monetária abandonou o regime de metas de inflação e adotará uma banda cambial. Com isso, passará a se concentrar na quantidade de dinheiro em circulação e deixará de fixar a taxa de juros.